PARECER JURÍDICO

A Assessoria Jurídica do Município de Ubiratã, por meio do seu Assessor Jurídico, devidamente inscrito na OAB/PR, 48.534, vem apresentar Parecer para a abertura de procedimento licitatório para Contratação de mão de obra para construção de uma nova fossa séptica e caixa de inspeção na Escola Municipal Professor Furusato Tomio.

O objetivo de uma licitação em si é contratar a proposta mais vantajosa para a administração pública, primando pelos princípios da competitividade, legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, publicidade e eficiência. Licitar é regra, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o art. 2º da Lei 8.666/93.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a sua realização. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra: as Dispensas de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido nos artigos 24 e 25 e seus respectivos incisos da Lei n. 8.666/93, que em um rol taxativo, prevê estritamente as possibilidades de uma contratação direta sem a necessidade de um processo licitatório. Ressalto que o mesmo deve atender ao estabelecido no art. 26 da Lei n. 8.666/93.

Analisando a solicitação de licitação com os respectivos orçamentos encaminhada pela Secretaria da Educação visando contratação do objeto, indico a adoção da modalidade Dispensa de Licitação por Limite, baseando no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93, o qual diz:

Art. 24. É dispensável a licitação:

Inciso: É dispensável a licitação:

Inciso II: Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Justifica - se o presente pedido de dispensa para contratação de mão de obra para construção de uma nova fossa séptica e caixa de inspeção na Escola Municipal Professor Furusato Tomio, devido que há um entupimento nos encanamentos da cozinha e, para a solução desse entupimento é necessário que faça uma nova fossa próxima aos fundos da

cozinha, a única fossa existente na escola está localizada na frente do prédio ao lado de fora, se fosse desentupir pelo encanamento que está ligado à fossa existente teria que passar por todo o prédio, perfurando aproximadamente 20 metros de extensão, causando transtornos e quebrando pisos do prédio que passou por uma recente reforma. O engenheiro do município esteve no local e analisou que a construção de uma nova fossa que será a solução e, assim evitando novos entupimentos e problemas futuros pelo fato da fossa existente já ser antiga e estar localizada fora do prédio. Sendo assim, se faz necessária a contratação, pois a prefeitura não dispõe de mão de obra no momento para a realização do serviço, este serviço é de caráter de urgência, pois o encanamento existente para ser utilizado está ligado no encanamento direto para a rua, sendo extremamente proibido essa ligação. As fotos em anexo comprovam essa necessidade. Desse modo, a dispensa de licitação com base no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 é viável, pois atende as condições dispostas no referido inciso.

Segundo informa a indicação contábil verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Desta forma, a Assessoria Jurídica delibera pela realização do procedimento licitatório, nos moldes elencados no presente parecer.

Ubiratã - Paraná, 01 de outubro de 2019.

DUARTE XAVIER DE MORAIS

Assessor Jurídico
OAB nº 48.534/PR